

BRENNAND INVESTIMENTOS COMERCIALIZADORA S/A
CNPJ Nº 10.359.802/0001-46

Relatório da Administração

Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, clientes, fornecedores e à sociedade em geral, este relatório da administração e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Os resultados de 2025 foram positivos, mesmo impactados pelas mudanças climáticas causadas pelo efeito do "El Nino", que aumentou o regime normal das temperaturas, e reduziu as chuvas no País, causando seca extrema no Norte e incêndios no centro-oeste. No caso da geração de energia por fonte hidráulica, a energia natural afluyente utilizável, em 2025, foi abaixo da média histórica, reduzindo a quantidade de energia armazenada nos reservatórios, em relação a 2024, incrementando os preços de liquidação das diferenças - PLD, no segundo semestre, valorizando a energia elétrica comercializada no curto, médio e longo prazos. Adicionalmente, o efeito de temperaturas elevadas acresceu fortemente o consumo residencial e comercial, que somado ao consumo industrial, exigiu a necessidade de despacho de usinas térmicas para atender a carga. No resultado geral dos referidos eventos, a Companhia logrou o êxito de auferir uma receita líquida, advinda da comercialização de energia, da ordem de R\$ 16.922 milhões, com detalhes evidenciados nas demonstrações contábeis e em suas notas explicativas. Recife – PE. A Diretoria.

Diretores:

Ricardo Jerônimo Pereira Rêgo Júnior
Adriano Bezerra Magalhães

Amilton Queiroz da Silva
Contador - CRC PE - 013330/O-3

Brennand Investimentos Comercializadora S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Brennand Investimentos Comercializadora S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brennand Investimentos Comercializadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Brennand Investimentos Comercializadora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 24 de abril de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE

Matheus M. Maia
Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

BRENNAND INVESTIMENTOS COMERCIALIZADORA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	Explicativa		
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.297	10.952
Contas a receber	4	2.377	-
Tributos a recuperar		228	123
Outros créditos		<u>4</u>	<u>-</u>
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		<u>15.906</u>	<u>11.075</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		485	58
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>485</u>	<u>58</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.391</u>	<u>11.133</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Tributos a recolher		212	61
Dividendos propostos e a pagar	7	39	131
Outras contas a pagar	5	<u>2.969</u>	<u>-</u>
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>3.220</u>	<u>192</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		12.882	10.382
Reservas de lucros		<u>289</u>	<u>559</u>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.171	10.941
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>16.391</u>	<u>11.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRENNAND INVESTIMENTOS COMERCIALIZADORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	Explicativa		
Receita operacional líquida	8	16.922	182
Custo de comercialização de energia	9	(18.101)	-
Lucro bruto		<u>(1.179)</u>	<u>182</u>
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	9	(10)	(73)
Outras despesas operacionais, líquidas	9	<u>(94)</u>	<u>(60)</u>
		(104)	(131)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>(1.283)</u>	<u>51</u>
Receitas financeiras	10	1.499	751
Despesas financeiras	10	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro		<u>1.498</u>	<u>751</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		215	802
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(52)	(249)
Lucro líquido do período		<u>163</u>	<u>553</u>
Lucro por ação – R\$		<u>163,46</u>	<u>553,19</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRENNAND INVESTIMENTOS COMERCIALIZADORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período	163	553
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>163</u>	<u>553</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRENNAND INVESTIMENTOS COMERCIALIZADORA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.692	137	782	-	2.611
Aumento de Capital	7	8.690	-	-	-	8.690
Distribuição de dividendos		-	-	(782)	-	(782)
Lucro líquido do período		-	-	-	553	553
Destinação do Lucro	7	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	28	-	(28)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(131)	(131)
Dividendos adicionais propostos		-	-	394	(394)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		10.382	165	394	-	10.941
Aumento de Capital	7	2.500	-	-	-	2.500
Distribuição de dividendos		-	-	(394)	-	(394)
Lucro líquido do período		-	-	-	163	163
Destinação do lucro	7	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	8	-	(8)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(39)	(39)
Dividendos adicionais propostos		-	-	116	(116)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		12.882	173	116	-	13.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRENNAND INVESTIMENTOS COMERCIALIZADORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		163	553
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:			
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	<u>52</u>	<u>176</u>
		<u>215</u>	<u>729</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber		(2.377)	-
Tributos a recuperar		(533)	(9)
Outros créditos		(3)	-
		<u>(2.913)</u>	<u>(9)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores		-	(1)
Tributos a recolher		307	(60)
Partes relacionadas		1.748	-
Outras contas a pagar		<u>1.220</u>	<u>-</u>
		<u>3.275</u>	<u>(61)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(207)	(522)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		370	(137)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento / integralização de capital	7	<u>1.975</u>	<u>6.007</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>1.975</u>	<u>6.007</u>
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.345</u>	<u>6.144</u>
No final do período		13.297	10.952
No início do período		10.952	4.808
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.345</u>	<u>6.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRENNAND INVESTIMENTOS COMERCIALIZADORA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA E CONTROLADAS

1.1. Objeto social

A Brennand Investimentos Comercializadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Recife/PE. A Companhia tem por principal objeto social a comercialização de energia elétrica e a representação de seus agentes geradores de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

1.2. Comercialização de Energia Elétrica

A Companhia atua como comercializadora de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, realizando transações de compra e vendas de energia através de atuação como representante de algumas das companhias do Grupo junto a CCEE com a função de realizar os registros formais das vendas de energia elétrica realizadas diretamente por tais companhias.

A controladora garante o suporte financeiro, se necessário, para a Companhia continuar honrando suas obrigações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão em reunião da diretoria realizada em 30 de abril de 2026.

2.1. Reconhecimento de receita

Receita das operações

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando: (i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; (ii) todos os riscos e benefícios inerentes à venda de energia são transferidos para o cliente; (iii) a Companhia não detém mais o controle ou a responsabilidade sobre a venda de energia; e (iv) é provável que os benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é evidenciada como receita financeira, na Demonstração do Resultado do período.

2.2. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, respectivamente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do Balanço.

A tributação sobre o lucro da Companhia tem por base o "Lucro Real". Os tributos incidentes são reconhecidos e registrados com base no Princípio da Competência.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e (ii) valores a receber e a pagar apresentados conjuntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

2.3. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com a NBC TG 48, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A Administração revisou o cálculo de valor recuperável de seus ativos financeiros e não julgou necessário reconhecer qualquer perda estimada por redução ao valor recuperável de contas a receber.

ii) *Passivos financeiros*

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia são dividendos a pagar e outras contas a pagar a terceiros.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, com prazo de vencimento inferior a 90 dias, em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira ou investimento temporário, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento no curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e Interpretações ainda não emitidas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, são os seguintes:

Alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a Demonstração do Resultado, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, decorrentes da aplicação da IFRS 18 / CPC 51, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como NBC TG 51. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas Demonstrações Contábeis.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com datas de vigência estabelecidas em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas bancárias	32	1.637
Aplicações financeiras	<u>13.265</u>	<u>9.315</u>
	<u>13.297</u>	<u>10.952</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas com remunerações que variam entre 90% e 101% (2024: 90% e 101%) da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas operações possuem liquidez imediata.

4. CONTAS A RECEBER

Referem-se a contas a receber de clientes decorrentes da venda de energia elétrica. Essas contas a receber, no valor de 2.377 de são compostas, substancialmente, por valores recebíveis no prazo médio de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecer perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

5. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Compra de energia	2.969	-
Total	<u>2.969</u>	<u>-</u>

6. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivo</u>		
<u>Não circulante</u>		
<u>Outras Contas a Pagar (a)</u>		
Itamarati Norte S.A.	1.345	-
Baraúnas XV	<u>403</u>	<u>-</u>
	<u>1.748</u>	<u>-</u>
<u>Resultado</u>		
Custo de venda de energia (a)	(8.984)	-
	<u>(8.984)</u>	<u>-</u>

(a) As contas a pagar a partes relacionadas (classificadas como outras contas a pagar) decorrem de operações de compra de energia, realizadas entre as empresas do Grupo Brennand Investimentos, do qual faz parte a Companhia.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.882 (2024: R\$ 10.382), representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações pertence à Brennand Investimentos S.A.

Em 30 e 31 de julho de 2025, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital no valor de R\$ 2.500, sem a emissão de novas ações. A integralização desse aumento ocorreu da seguinte forma: R\$ 1.975 mediante aporte em moeda nacional e R\$ 525 por meio da capitalização do saldo de dividendos a pagar.

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido anual conforme previsto na legislação societária vigente, limitada a 20% do capital social.

ii) *Dividendos adicionais propostos*

Em 30 de junho de 2025, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos adicionais, no montante de R\$ 394, referentes à parcela remanescente do lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração submeterá à aprovação da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, no valor de R\$ 116, relativo à distribuição da parcela remanescente de lucro líquido do período corrente.

Amparada nas determinações previstas no Acordo de Acionistas aditado, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos mínimos, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do período	163
Reserva legal - 5%	(8)
Base de cálculo para distribuição	<u>155</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u><u>39</u></u>

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar é a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	131	1.901
Dividendos aprovados de anos anteriores	394	782
Dividendos mínimos obrigatórios	39	131
Aumento e integralização de Capital Social	<u>(525)</u>	<u>(2.683)</u>
Saldo final	<u><u>39</u></u>	<u><u>131</u></u>

8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta:		
Vendas de energia	<u>18.647</u>	<u>201</u>
	18.647	201
Impostos e deduções da receita	<u>(1.725)</u>	<u>(19)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>16.922</u></u>	<u><u>182</u></u>

9. CUSTOS E DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Por função:		
Custos da venda de energia	(18.101)	-
Gerais e administrativas	(10)	(73)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>(94)</u>	<u>(59)</u>
	<u>(18.205)</u>	<u>(131)</u>
Por natureza:		
Serviços de terceiros	(4)	(72)
Mercadoria para revenda	(18.100)	-
Liquidação financeira – CCEE	(1)	-
Outras despesas	<u>(100)</u>	<u>(59)</u>
	<u>(18.205)</u>	<u>(131)</u>

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rendimento de aplicações financeiras	<u>1.499</u>	<u>751</u>
	<u>1.499</u>	<u>751</u>
<u>Despesas financeira</u>		
Juros passivos	<u>(1)</u>	<u>-</u>
	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro	<u>1.498</u>	<u>751</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na Demonstração do Resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota efetiva:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	215	802
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, pelas alíquotas nominais	(73)	(273)
Adições (exclusões) líquidas	<u>21</u>	<u>24</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(52)</u>	<u>(249)</u>
Alíquota efetiva	24%	32%

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos e outras contas a pagar.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía em aberto operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativo.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a dividendos a pagar a acionistas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia não contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Considerando que a Companhia e suas controladas estão inseridas na cadeia de comercialização de energia elétrica, a ocorrência deste risco pode manifestar-se eventualmente através da regulamentação da política de preços por parte dos órgãos reguladores. Essa possibilidade é considerada remota na opinião da Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As controladas da Companhia estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia e suas controladas em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos e a qualidade do crédito é avaliada para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e os contratos de venda costumam ter garantias firmadas ou outras formas de seguro de crédito.

A necessidade do reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes.

Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas têm como objetivo principal a utilização de recursos oriundos apenas do seu fluxo de caixa operacional e/ou oriundos de partes relacionadas, deixando para recorrer a empréstimos bancários de longo prazo apenas quando os seus fluxos de caixa operacionais e/ou recursos oriundos intragrupo forem insuficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa e financiamento.